

LAPCOM: QUEM SOMOS, ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS

*LAPCOM: WHO WE ARE, WHERE WE ARE,
WHERE ARE WE GOING TO*

*LAPCOM: QUIÉNES SOMOS, DÓNDE ESTAMOS,
HACIA DÓNDE VAMOS*

Elen Geraldles

- Docente da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB) e coordenadora do LaPCom. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).
- E-mail: elenger@ig.com.br .

Janara de Sousa

- Docente da FAC-UnB. Doutora em Sociologia pela UnB.
- E-mail: janara.sousa@gmail.com .

Luisa Montenegro

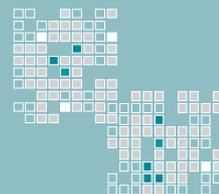
- Mestranda em Políticas de Comunicação pela FAC-UnB.
- E-mail: luisambmontenegro@gmail.com .

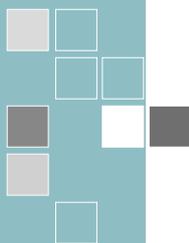
Natália Oliveira

- Mestranda em Políticas de Comunicação pela FAC-UnB.
- E-mail: nataliaots@gmail.com .

Vanessa Negrini

- Mestranda em Políticas de Comunicação pela FAC-UnB.
- E-mail: negrini.vanessa@gmail.com .





RESUMO

O Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), grupo de pesquisa, ensino e extensão vinculado à linha de pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação (FAC), da Universidade de Brasília (UnB), acaba de completar 25 anos. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a mudança social e a luta pela democratização dos meios de Comunicação. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo apresenta o cenário de fundação, os fundamentos teóricos e os objetivos do LaPCom, com momentos emblemáticos de sua atuação pelo reconhecimento da Comunicação como um direito humano.

PALAVRAS-CHAVE: LAPCOM; POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E DE CULTURA; DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO; DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO.

ABSTRACT

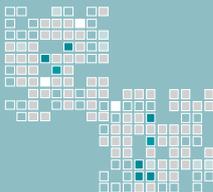
Communication Policies Laboratory (LaPCom), a group for research, teaching and extension linked to the line of research of Communication and Culture Policies, of the Graduate School of Communication Program (FAC) of the University of Brasília (UNB), has just completed 25 years of existence. Its route is marked by the commitment to social change and to the struggle for democratization of the means of Communication. By means of bibliographical and documental research, this article presents the founding scenario, the theoretical bases and the objectives of LaPCom, with the emblematic moments of its efforts for recognition of Communication as a human right.

KEYWORDS: LAPCOM; COMMUNICATION AND CULTURE POLICIES; DEMOCRATIZATION OF THE MEANS OF COMMUNICATION; COMMUNICATION AS A HUMAN RIGHT.

RESUMEN

El Laboratorio de Políticas de Comunicación (LaPCom), grupo de investigación, docencia y extensión vinculada a la línea de la Política de Comunicación de Investigación y Cultura, Escuela Superior de Programa de Comunicación (FAC), de la Universidad de Brasília (UNB), acaba de completar 25 años. Su carrera está marcada por un compromiso con el cambio social y la lucha por la democratización de los medios de comunicación. A través de la investigación bibliográfica y documental, en este artículo se presenta el escenario de fundación, los fundamentos teóricos y objetivos de LaPCom con los momentos más representativos de su actuación por el reconocimiento de la comunicación como un derecho humano.

PALABRAS CLAVE: LAPCOM; POLÍTICA DE COMUNICACIÓN Y CULTURA; LA DEMOCRATIZACIÓN DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN; DERECHO HUMANO A LA COMUNICACIÓN.

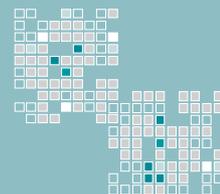


Pensadores com diferentes abordagens teóricas, metodológicas e ideológicas como Paulo Freire, Pierre Bourdieu, David Harvey, Karl Popper, Thomas Kuhn, e Bruno Latour têm em comum a ênfase em destacar o trabalho conjunto como uma especificidade da atividade científica. A Ciência é um jogo que não pode ser jogado sozinho. O outro é um parceiro, um colaborador, um competidor, um par – mas, sem esse outro, não é possível validar, falsear ou legitimar a produção do conhecimento.

Neste artigo, apresentaremos uma trajetória de produção coletiva de conhecimento caracterizada por um compromisso com a mudança social. Serão mostrados o cenário de fundação, os fundamentos teóricos e os objetivos do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação (FAC), Universidade de Brasília (UnB), que acaba de completar 25 anos. Ao resgatar sua história, mostraremos a constituição do campo de pesquisa de políticas de comunicação no Brasil, sobretudo em Brasília, e o esforço para embasá-lo cientificamente, em um constante diálogo com mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e sociais no país, no cenário de luta pela democratização da Comunicação e pelo seu reconhecimento como um direito humano fundamental para o exercício da cidadania e democracia.

A narrativa será dividida em três momentos: quem somos, onde estamos e para onde vamos, construídos por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro momento, quem somos, discute-se a inspiração do Relatório MacBride para se pensar o direito humano à Comunicação, os embates que pautaram o tema da Comunicação Social na Assembleia Constituinte, a realização da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e o grande impacto da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Já no segundo momento, o foco é compreender como a Universidade de Brasília, com seu projeto inovador, faz do Laboratório o que ele é – um espaço para se tentar unir teorias e práticas sociais, construído por pesquisadores em diferentes momentos de formação e de origens diversificadas, advindos da Academia, de áreas como Comunicação, Direito, Ciência Política, Sociologia; da militância em movimentos sindicais, agrários e de luta pela democratização da Comunicação; e de quadros da administração pública, que atuam com políticas públicas na área. Correlaciona-se o “espírito” do Laboratório aos valores da Universidade de Brasília, cuja criação foi pautada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No último momento, são pontuados temas emergentes, como a convergência midiática, o acesso à banda larga e a tensão entre os campos da mídia e da política, que coloca em xeque conquistas e, talvez, fundamentalmente outras pautas.

Mais do que uma homenagem, contar esta história é refletir sobre as possibilidades e os limites de um “saber militante”, cujas questões são de grande urgência e relevância, mudam constantemente, testam os limites teóricos e metodológicos do campo de pesquisa e clamam por abordagens que unam boas descrições a grandes interpretações.





1. Quem somos

O LaPCom é um Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão vinculado à linha de pesquisa Políticas de Comunicação e de Cultura, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação (FAC), da Universidade de Brasília (UnB). Seu nome é, sobretudo, uma metáfora sobre alguns dos valores que norteariam a sua história: cooperação e colaboração, um olhar atento e detalhado sobre os cenários, sem abrir mão da dimensão histórica; prevalência da perspectiva crítica e dialética.

Foi criado em 1991 com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o intuito de desenvolver o projeto de pesquisa “A Comunicação na Lei Orgânica do Distrito Federal”. Após 1994, concluída a investigação, o Laboratório manteve-se ativo graças ao suporte dado pela Faculdade de Comunicação da UnB.

Mas, antes de nascer, criado pelo professor Murilo César Ramos, da UnB, um dos pioneiros do campo de políticas públicas de Comunicação no país, o LaPCom teve longa gestação. Um fator fundamental foi a publicação, em 1980, do relatório MacBride, como resultado dos amplos debates promovidos no âmbito da UNESCO, desde os anos 1960, em torno de Nova Ordem Mundial da Informação (NOMIC) e da importância de Políticas Nacionais de Comunicação.

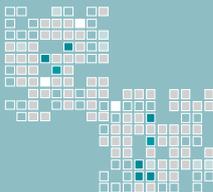
O documento “Um Mundo, Muitas Vozes” (UNESCO, 1980), também conhecido como Relatório MacBride¹, foi uma das pedras fundamentais para a discussão de políticas de Comunicação a partir de uma perspectiva global e como fluxo contínuo. O relatório, lançado em 1980, é o resultado dos trabalhos da “Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação”, que, durante dois anos, realizou encontros, mesas de debates, congressos, dentre outros, voltados para discutir “the totality of communication problems in modern societies” (UNESCO, 1980, p. xvii).

O Relatório MacBride foi o primeiro documento respaldado por uma instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) que debateu a comunicação como questão econômica e social, de forma estrutural e histórica (GOES, 2010). O relatório abordou, principalmente, a concentração midiática e as desigualdades sociais e tecnológicas entre os países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos. Apontou que os fluxos de informação se davam de maneira norte/sul e oeste/leste, evidenciando as diferenças sociais e ideológicas no mundo (UNESCO, 1980). O documento lançou bases para que a comunicação fosse enxergada como estrutura de poder e instrumento de opressão, e, até hoje, continua fomentando debates por organizações não-governamentais e pela Academia.

Além desse relatório, outro elemento importante para a criação do LaPCom foi a luta de intelectuais e movimentos sociais em torno do debate sobre Comunicação, na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. Fruto da pressão de empresários do setor, da Academia, e dos movimentos sociais, o texto saiu truncado, com grandes conquistas, como a identificação da finalidade social, educativa e cultural da Comunicação e

1 O relatório ganhou este nome em função do presidente da Comissão, o irlandês Sean MacBride.

2 “A totalidade dos problemas de comunicação nas sociedades modernas” (tradução livre).



a proibição da concentração da propriedade dos meios, mas com grandes contradições, como o estabelecimento da complementariedade do sistema público, privado e estatal, sem, no entanto, definir esses sistemas. Um agravante foi a ausência de regulamentação de vários artigos e a percepção de que as mudanças tecnológicas, que então afloravam, ficaram de fora.

O Laboratório afirmou-se na defesa dos princípios constitucionais e de um marco político-normativo que tirasse a lei do papel. Em fevereiro de 2005, o LaPCom começou uma nova fase. Com recursos doados pela Fundação Ford, ampliou suas atividades de pesquisa e fortaleceu o seu quadro de pesquisadores, com a presença de doutores, recém-doutores, mestres, pós-graduandos e bolsistas de iniciação científica. No mesmo ano, o Grupo foi formalmente reconhecido pelo CNPq, passando a constar no Diretório de Grupos de Pesquisa brasileiros.

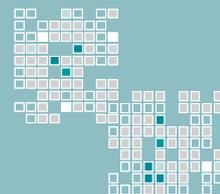
Contribuiu com os debates em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, que atendia a uma antiga demanda dos movimentos organizados da sociedade civil, elegendo-a como importante tema de estudo e debate, ao problematizar a sua sustentabilidade, legitimação e diálogo com a sociedade.

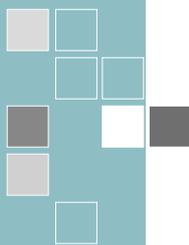
O Laboratório também participou intensamente da organização e dos debates da I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, que contou com mais de 8000 participantes, com 633 resoluções aprovadas. O objetivo do evento foi contribuir para a criação de uma Política Nacional de Comunicação, a partir do olhar e das contribuições de três segmentos: Estado, sociedade civil e sociedade civil empresarial. Embora muita coisa tenha ficado apenas no papel, o encontro permitiu a identificação de atores e grupos que debatem a temática no país, a reflexão do papel do Estado, a identificação das demandas dos segmentos populares e empresariais e a criação de redes em defesa do Direito Humano à Comunicação, temáticas nas quais o Laboratório rapidamente se inseriu.

2. Onde estamos

Falar do LaPCom é falar da Universidade de Brasília. Criada em 21 de abril de 1960, cercada pela vegetação sinuosa do Centro-oeste e idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, ao incorporar as contribuições de importantes educadores brasileiros, como Paulo Freire e Anísio Teixeira, tinha como objetivo contribuir para o “desenvolvimento nacional” – uma palavra de ordem do período, mas de forma inovadora, pública, gratuita e desvinculada de instituições religiosas. Era uma proposta que tentava romper com os muros de isolamento, com as “torres de cristal” nas quais a Ciência, distante, procurava se proteger dos conflitos e tensões da sociedade.

A proposta da Universidade de Brasília não estabelecia um *ranking* entre os saberes, mas buscava integrar humanismo, ciência, tecnologia moderna e produção cultural. No fundo, almejava-se que esses conhecimentos se unissem na construção de uma sociedade democrática e para isso, o fato de ser pensada como fundação conferiu-lhe autonomia na organização e direção (APARECIDA, 1995).





O modelo acadêmico e administrativo proposto também visava à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, o que estimulou a criação de grupos de pesquisa “de olho” nos livros e na sociedade. O LaPCom foi um desses grupos, nascido em uma das unidades mais antigas da UnB, a Faculdade de Comunicação, num dos mestrados pioneiros do país. Ele é fruto dessa contagiante inquietude social da Universidade de Brasília, que foi tensionada, mas não subjugada, pelo Golpe Militar de 1964.

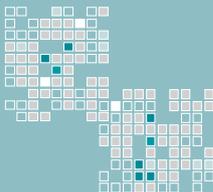
Atualmente, o Laboratório tem significativo envolvimento com a União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), com a Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, com a Alaic – Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação, e com grupos de pesquisa de diversas universidades, em especial com o PEIC – Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia Política da Informação e da Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O LaPCom mantém ainda estreita colaboração com o Coletivo Intervezes e com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Esse diálogo com a sociedade civil organizada e pesquisadores externos permite que o LaPCom esteja em constante efervescência acadêmica e engajamento social.

3. Quem queremos ser

Atualmente, o LaPCom não abriu mão de pesquisar a radiodifusão. Deixar de valorizar a televisão e o rádio, num país para o qual eles continuam a ser uma fonte de lazer e de informação prioritária para a maior parte da população é fechar os olhos para o cenário. E o Laboratório sempre se impregnou do cenário, sempre construiu um saber que dialoga com a vida. No entanto, as pautas se ampliaram, inclusive com a convergência midiática, em que surgem novos atores e os antigos ganham nova roupagem. A tecnologia traz promessas e possibilidades, mas também limites. Os conteúdos continuam clamando por problematização. Por meio de um observatório da radiodifusão pública, o Laboratório observa os atores que constroem rádios e tevês públicas na América Latina.

Um dos debates nos quais o LaPCom se envolveu foi o marco civil da internet. Depois de uma tramitação de quase quatro anos no Congresso Nacional, com a mobilização de diversos atores da sociedade civil organizada, tanto do lado dos usuários, quanto das empresas, o Brasil aprovou o seu Marco Civil da Internet. Trata-se da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, a qual estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

Os pesquisadores do LaPCom participaram ativamente desse debate, com a realização de eventos acadêmicos, produção de teses e dissertações sobre o tema, participação em audiências públicas no parlamento, elaborações de notas técnicas. O grupo se posicionou na defesa da finalidade social da rede; pelo reconhecimento do direito humano ao acesso à internet, para o exercício da cidadania em meios digitais; pela necessidade de garantir a pluralidade e a diversidade, e a defesa do consumidor, ante os interesses do capital privado. O LaPCom, muito especialmente, encampou ainda a luta pela chamada neutralidade da rede.



Com a aprovação do Marco Civil, o trabalho do LaPCom continua monitorando e estudando a sua aplicação, interpretações legais e efetividade. Por exemplo, temos pesquisadores debruçados em estudar a questão da utilização de dados pessoais. A lei prevê que o fornecimento desses dados a terceiros somente poderá ocorrer “mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei”. No entanto, esse consentimento é forçado, uma vez que o usuário não terá acesso ao serviço ou aplicativo caso não concorde com o termo de utilização dos dados.

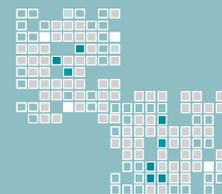
Em outra frente, o LaPCom tem pesquisadores se dedicando à pesquisa da banda larga e da reformulação da Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Os estudos desenvolvidos pelo LaPCom vêm contribuindo para a formação de quadros de analistas, responsáveis pela formulação das políticas públicas governamentais, que buscam ampliar a conectividade, como fator primordial ao desenvolvimento do país.

No início de 2016, a Portaria nº 1.427, de 8 de abril de 2016, do Ministério das Comunicações, estabeleceu que o serviço de banda larga deveria ocupar o centro das políticas públicas para o setor, considerando a universalização do acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania. Com seus estudos, os pesquisadores do LaPCom apontam sugestões para a expansão das redes, sem perder de vista a cobertura dos municípios, de vilas e de aglomerados rurais – ou seja, regiões de interesse econômico restrito para o setor –, e do atendimento prioritário de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde. O governo, como protagonista das políticas públicas, não deve perder de vista que os interesses comerciais, nem sempre caminham com os interesses coletivos e difusos, os quais devem ser assegurados por meio da regulamentação do Estado.

4. Pesquisadores e contribuições

Como frutos de sua atuação, o grupo contabiliza centenas de publicações – livros, artigos, pareceres técnicos –, de autores como Murilo César Ramos, Fernando Oliveira Paulino, Nelia Rodrigues Del Bianco, Carlos Eduardo Esch, Elen Cristina Geraldés, Janara Kaline Leal Lopes de Sousa, além de estudantes de graduação, mestrado e doutorado que integram os seus quadros. Destacamos, a seguir, algumas dessas produções, dos principais pesquisadores do LaPCom:

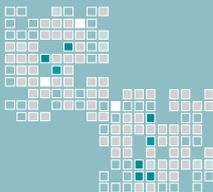
4.1. Prof. Murilo César Ramos: EBC - Os avanços e os desafios depois de meia década (Revista Eptic Online, 2013); EBC: Vícios e Virtudes de um Modelo (Revista de Jornalismo da ESPM, 2012); Possibilidades de uma nova agenda para as políticas de comunicação na América Latina (RECIIS, 2010); Agências Reguladoras: a reconciliação com a política (Eptic On-Line, 2005); Memória - Um Repórter das Políticas de Comunicação (INTERCOM, 2005); WebTV, TeleTV e a convergência anunciada (INTERCOM, 2000); Rádio e Televisão no Brasil: democratização e políticas públicas (Cadernos da Comissão de Rádio e Tv, Brasília, 1997); Uma nova legislação para as comunicações brasileiras e o paradoxo da radiodifusão (Tendências Xxi, 1997); Televisão por Assinatura no Brasil: conceito, origem, análise e perspectivas (Tendências Xxi, 1996); A Agenda Proibida: Meios de Comunicação e





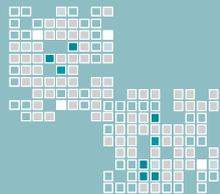
Revisão Constitucional (ANDES,1993); Foreign Controls on US Media (Freedom Of Information Center Report, University of Missouri, 1980); Políticas de Comunicações: um estudo comparado (Salamanca, 2012); Políticas de Comunicação - contribuições acadêmicas e intervenção social (Casa das Musas, 2010); Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas (Paulus, 2007); Estado e Comunicação (Casa das Musas, 2007); Intrigas da Corte - O jornalismo político das colunas sociais (Corpo da Letra, 1994); Sonho e Realidade: o movimento docente na Universidade de Brasília 1977-1985 (ADUnb, 1994); Pensar la Televisión Pública (La Crujía Ediciones, 2013); Mídia - Quem é o dono dessa voz? (CFP, 2009); Constituição 20 Anos - Estado, Democracia e Participação Popular (Edições Câmara, 2009); Democrazia e Concentrazione dei Media (Edup S.r.l, 2008); Sobre a importância de renovar e repensar a idéia de sociedade civil. (Paulus, 2007); TV Digitais: objetivos sociais, culturais e educacionais (Câmara dos Deputados - Coordenação de Publicações, 2007); Estado e Comunicação no Brasil (Casa das Musas, 2007); A Força de um Aparelho Privado de Hegemonia (Paulus, 2005); Edgard Roquette-Pinto: o que ele tem a ver com o rádio digital (Paulinas, 2005); Agências Reguladoras - Perspectivas para uma nova modelagem (Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, 2004); Do Planeta dos Macacos às Comunidades Virtuais (Dupligráfica Editora Ltda., 2002); Intrigas da Corte - o jornalismo político das colunas sociais (Editora da UnB, 2002); Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas (Intercom, 2002); As novas comunicações brasileiras (Vozes, 2001); Televisión per cable en Brasil: desestatización, reprivatización y control público (Ediciones Ciccus, 2000); Políticas Públicas de Comunicações - a crise dos paradigmas revisitada (EDUC, 2000); Brasil, globalização e as redes digitais de banda larga (Educ/UFS, 1999); Televisão a cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público (L&PM, 1999); A Nova Televisão no Brasil e na Argentina (L&PM, 1999); TV por Assinatura: a segunda onda de globalização da televisão brasileira (Letra Viva, 1997); Brasil, Mídia, Futuro e o Futuro da Política (Scritta, 1994); Saúde, Novas Tecnologias e Políticas Públicas de Comunicações (Hucitec-Abrasco, 1994); Comunicação, Educação e Cultura da Informação na Transição Pós-Moderna (Notrya, 1993); Les Politiques Nationales de Communication e la Crise des Paradigmes (Les Presses de L'Université Laval, 1992); A Televisão No Brasil - Desinformação e Democracia (Editora UNB, 1988); O Papel dos Meios de Comunicação de Massa na Abertura Política Brasileira (Mercado Aberto, 1985); A Busca de Uma Identidade (Cortez, 1983).

4.2. Prof. Fernando Oliveira Paulino: Da cidadania aos gêneros da TV: as liberdades que concorrem com o poder da comunicação institucionalizada (Comunicação & Informação, 2014); Direito à informação em pauta: lei de acesso e jornais impressos (Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación Online, 2014); O ombudsman nos meios públicos de comunicação em Portugal e no Brasil: da promessa de uma ética participada aos desafios cotidianos (Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2013); Políticas de comunicações no Uruguai (Revista Brasileira de Políticas



de Comunicação, 2012); O ombudsman nos meios públicos de comunicação em Portugal e no Brasil: da promessa de uma ética participada aos desafios cotidianos (Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2012); Políticas de comunicação e sociedade civil: movimentos pela democratização das comunicações no Brasil em 2007/2008 (Ciência Jurídica, 2008); Comunicação Pública em Debate: Ouvidoria e Rádio (Editora Universidade de Brasília, 2013); Comunicação e Cidadania. Conceitos e processos (Francis, 2011); Responsabilidade Social da Mídia: Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha (Casa das Musas, 2009); Building a Transparency Culture: Open Government and Access to Information Policies in Brazil. (Universidad Complutense de Madrid, 2015); Classificação Indicativa: desafios futuros e implicações jornalísticas (Ministério da Justiça, 2014); Como surgiu a Empresa Brasil de Comunicação? (Editora Universidade de Brasília, 2013); Como surgiu a Ouvidoria da EBC? (Editora Universidade de Brasília, 2013); Os serviços da Ouvidoria de Rádios Públicas como Instrumento de Prestação de Contas e Responsabilidade Social da Mídia. (Editora Universidade de Brasília, 2013); A Ouvidoria no Serviço Público Brasileiro. Entrevista com José Eduardo Elias Romão (Editora Universidade de Brasília, 2013); Lei e direito à comunicação: padrões normativos e judiciais no Brasil (Editora Unesp, 2012); De Ouvinte a Ouvidor: Responsabilidade Social da Mídia e parâmetros para atuação da Ouvidoria das Rádios da Empresa Brasil de Comunicação (Livros LabCom, 2010); Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas: promovendo o direito de saber (ANDI/ Artigo 19, 2009); Comunicação e Responsabilidade Social: modelos, propostas e perspectivas (Paulus, 2007); Classificação Indicativa: Responsabilidade Social e atuação do Estado, Sociedade e Mercado (Ministério da Justiça, 2006).

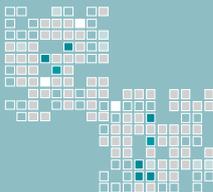
4.3. Profa. Janara Kaline Leal Lopes de Sousa: A participação das assessorias de comunicação do GDF na aplicação da Lei de Acesso à Informação (Matrizes/USP, 2016); A Lei de Acesso à Informação no Brasil, Portugal e Espanha: uso da internet, transparência e cidadania (Razón y Palabra, 2015); O Conceito de Internet na Pesquisa em Comunicação no Brasil (Razón y Palabra, 2013); Agenda-setting e internet: uma análise da produção científica brasileira na área da Comunicação (Estudos em Comunicacao, 2013); The desirable and the possible: the limits of freedom of the press in the online coverage of the flight 1907 crash (Brazilian Journalism Research, 2007); Antes que a Morte nos Separe: o direito à comunicação como forma de prevenção ao feminicídio (Amagis-DF, 2016); Direitos humanos, Lei de Acesso à Informação e as verdades do Estado (Centro de Cultura Luiz Freire, 2016); Regulación para Internet en Brasil y Chile: un estudio comparado (UniRio, 2015); O Método Comparativo na Pesquisa de Políticas de Comunicação (Intercom, 2013); O novo caminho das formigas: crise de paradigmas das Políticas de Comunicação no Brasil (Universidad Nacional de Río Cuarto, 2010); Net bias: uma abordagem teórica sobre a construção e o equilíbrio de uma rede comunitária de comunicação (Razón y Palabra, 2014); Comunicación y tecnología: el estudio de la relación entre los campos en el marco de la investigación (Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 2014); A trajetória do pensamento de McLuhan no contexto da pesquisa em Comunicação





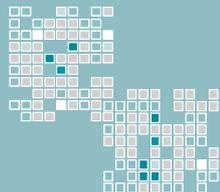
no Brasil (Revista FAMECOS, 2013); El Camino de la Investigación sobre Internet en la Comunicación Brasileña (Razón y Palabra, 2013); O Conceito de Internet na Pesquisa em Comunicação no Brasil (Razón y Palabra, 2013); Agenda-setting e internet: uma análise da produção científica brasileira na área da Comunicação (Estudos em Comunicação, 2013); Os caminhos da recepção: Uma análise da produção científica brasileira (Brazilian Journalism Research, 2013); As contribuições de Karl Marx e Max Weber sobre a autonomia/não-autonomia da ciência e tecnologia (Ciências & Cognição/UFRJ, 2008); The desirable and the possible: the limits of freedom of the press in the online coverage of the flight 1907 crash (Brazilian Journalism Research, 2007); 100 anos de McLuhan (Casa das Musas, 2012); Teoria do Meio: contribuições, limites e desafios (Universa, 2009); Profundo e Nefasto: o debate sobre a televisão na obra de McLuhan e Adorno (Casa das Musas, 2012); De Dor e de Humor: a mulher idosa das telenovelas brasileiras (TechnoPolitik, 2010); Análise de discurso nos estudos de jornalismo (Casa das Musas, 2007).

4.4. Profa. Nélia Rodrigues Del Bianco: Atuação do Conselho Consultivo do Rádio Digital: Em Busca de um Formato De Digitalização Adequado à Realidade (Revista Faculdade Santo Agostinho, 2015); Mudanças e permanências na radiodifusão pública da América Latina (Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 2015); Lei de Meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, Equador e Uruguai (Revista Comunicação Midiática, 2014); Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina (Revista Faculdade Santo Agostinho, 2013); Public Broadcasting in Brazil: Challenges to Overcome a Symbolic Liability (Journalism and Mass Communication, 2013); Observatório da radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação (Revista Eptic, 2013); O futuro do rádio no cenário da convergência frente às incertezas quanto aos modelos de transmissão digital (Eptic, 2010); Manuel Carlos Chaparro : 70 anos na estrada do texto (Editora Intercom, 2014); O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. (Editora Intercom, 2012); Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social (Casa das Musas e Intercom, 2010); Estado e Comunicação (Intercom, UnB e Casa das Musas, 2008); Desafios do Rádio no Século XXI (Eduerj e Intercom, 2001); Rádio no Brasil: tendências e perspectivas (Eduerj, 1999); Rádios Públicas Brasileiras: condições de funcionamento, gestão e adaptabilidade à tecnologia digital (Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2012); Digital Radio in Brazil: Indecision and Impasse After a Ten-Year Discussion (Journal of Radio & Audio Media, 2011); O futuro do rádio no cenário da convergência frente às incertezas quanto aos modelos de transmissão digital (Eptic 2010); Condições de Adaptação do Rádio Brasileiro à Tecnologia de Difusão Digital (Conexão, 2010); A presença do radiojornalismo na Internet - Os sites da Jovem Pan e da Bandeirantes (Estudos em Jornalismo e Mídia, 2004); A Internet como fator de mudança no jornalismo (INTERCOM, 2004); E tudo vai mudar quando o Digital chegar (BOCC, 2003); Elementos para pensar as tecnologias da informação



na era da globalização (Intercom, 2001); FM no Brasil 1970-79: crescimento incentivado pelo regime militar (Comunicação & Sociedade, 1993); Processo de implantação do rádio digital no Brasil: um debate inacabado (Intercom, 2016); Predição sobre o futuro do rádio no século XXI (Intercom, 2014); Diferenciação na cobertura esportiva a partir da TV pública (Intercom, 2012); Rádio e o cenário da convergência tecnológica (Intercom, 2012); Digital radio in Brazil: analysis of an unfinished debate (University of Minho, 2012); O futuro do rádio no cenário da convergência frente às incertezas quanto aos modelos de transmissão digital (Edipucrs, 2010); Industrias culturais, produção de conteúdo e digitalização (Casa das Musas e Intercom, 2010); Rádio, cotidiano e identidade cultural.(Edufp, 2009); E tudo vai mudar quando o digital chegar.(Paulinas, 2004); Cautela, riscos e incertezas na implantação do rádio digital no Brasil (Eduerj e Intercom, 2001); A pesquisa sobre rádio no Brasil nos anos oitenta e noventa (Unisanta, 1999).

4.5. Profa. Elen Cristina Gerales: A participação das assessorias de comunicação do GDF na aplicação da Lei de Acesso à Informação (Matrizes, 2016); A seletividade do audiovisual brasileiro e, ou, independente na Lei da TV paga (Revista Comunicação Midiática, 2015); Políticas públicas de comunicação e cidadania digital (Revista de Estudos da Comunicação, 2014); Políticas Culturais de Acesso ao Cinema Brasileiro: trajetórias e desafios (Revista Comunicação Midiática (2014); Identidad Nacional y Televisión: Políticas de Comunicación y Cultura en Nicaragua en la Década de 80 (Revista Humanismo y Cambio Social, 2014); El Camino de la Investigación sobre Internet en la Comunicación Brasileña (Razón y Palabra, 2013); 'Para inglês ver': apontamentos sobre representações da mulher brasileira em casos repercutidos na imprensa internacional (Sociais e Humanas, 2013); Um legado interrompido: a trajetória de Valério Brittos na pesquisa em Políticas de Comunicação (Revista Brasileira de Políticas de Comunicação, 2013); Os blogs de notícias e a possibilidade de reconstituição da esfera pública (Comunicologia, 2009); The Desirable and the Possible: The Limits of Freedom of the Press in the Online Coverage of the Flight 1907 Crash (Brazilian Journalism Research, 2007); As fomes do Brasil: análise das estratégias discursivas da cobertura jornalística do Programa Fome Zero (Comunicação e Espaço Público, 2003); Políticas de Comunicações: um estudo comparado (Editora Comunicacion Social, 2012); Comunicação e cidadania: conceitos e processos (Editora Francis, 2011); Questões emergentes de Comunicação (LGE, 2009); A cor do medo: homicídios e relações raciais (Editora da UnB/Editora da UFG, 1999); Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil (MNDH, 1998); Antes que a Morte nos Separe: o direito à comunicação como forma de prevenção ao feminicídio (AMAGIS - DF, 2016); Direitos Humanos e Lei de Acesso à Informação no Cenário Brasileiro. Centro de Cultura Luiz Freire, 2016); Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação no Brasil (Intercom, 2013); Cidadania depois dos 60 anos. Como cobrir, sem encobrir, a terceira idade (Editora Francis, 2011); De Dor e de Humor: a mulher idosa das telenovelas brasileiras (TechnoPolitik, 2010); A palavra negada: a incomunicação no site do programa Fome Zero do Governo Federal (Intercom, 2006); A árvore dos frutos de ouro (UnB/UFG, 1999); O banquete da cidadania (ECA/USP, 1994); Mapa dos exílios (ECA/USP, 1989).



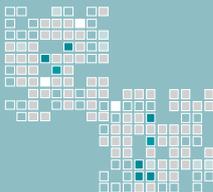


4.6. Prof. Carlos Eduardo Esch: Mudanças e Permanências na Radiodifusão Pública da América Latina (Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 2015); Lei de meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, Equador e Uruguai (Revista Comunicação Midiática, 2014); Observatório da radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação (Eptic/UFS, 2013); Public Broadcasting in Brazil: Challenges to Overcome a Symbolic Liability. Journalism and Mass Communication, 2013); Rádios Públicas Brasileiras: condições de funcionamento, gestão e adaptabilidade a tecnologia digital (Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2012); Radiodifusão Pública: um desafio conceitual na América Latina (Estudos em Comunicação, 2012); Condições de Adaptação do Rádio Brasileiro à Tecnologia de Difusão Digital (Conexão/UCS, 2010); Da Informação à Esperança: O Saúde no Ar diante de seus ouvintes (Ministério da Saúde, 2001); Public Broadcasting in Brazil: Images and perspectives of the audience - Challenges to overcome the passive symbolic and achieve social credibility (Centre for Research in Media and Cultural Studies - University of Sunderland, 2014); Digital radio in Brazil: analysis of an unfinished debate (ECREA - Universidade do Minho, 2012); A Construção de Relações Simbólicas por Meio do Rádio (Armazem Digital, 2006); O futuro dos comunicadores e a reinvenção do rádio (UERJ e Intercom, 2001).

5. Considerações finais

Como vimos, a criação do Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB está ligada ao fortalecimento da temática no país. Os estudos sobre comunicação e política e comunicação e desenvolvimento, que já eram muito consistentes e versavam sobre a relação dos meios de comunicação com a sociedade, foram complementados por outros, que destacavam as características, os limites e as possibilidades dos diferentes sistemas de mídia, sua relação com grupos econômicos e políticos e a contribuição desses sistemas em manter e reforçar o *status quo*. Essa gênese se associa à luta pelo Direito Humano à Comunicação, no cenário internacional, representada pelo Relatório MacBride, e pelos conflitos e debates que nortearam a votação do capítulo da Comunicação na Constituição de 1988, em âmbito nacional. O LaPCom manteve uma relação orgânica com a militância pela democratização da Comunicação, formando muitos quadros desse movimento, ao estabelecer parcerias para pesquisas e ações em conjunto, e, ao mesmo tempo, contribuiu para a formação de agentes da administração pública brasileira, os quais atuam na regulação do setor.

Por meio do financiamento da Fundação Ford, no abrigo da Universidade de Brasília, manteve a sua longevidade durante a primeira década dos anos 2000 e pôde acompanhar, como observador, analista e ator, a realização da Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. Inspirado no projeto da Universidade de Brasília, o qual valoriza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, manteve constante o diálogo com as demandas da sociedade, sem esquecer a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos da área. Dessa forma, aspira a um saber militante, herdeiro das



ponderações epistemológicas da ciência e ligado a objetos em transformação, demandantes de respostas precisas, contundentes e rápidas.

Tendo como objeto as pautas clássicas da área no país, sobretudo a regulamentação da radiodifusão e o fomento da radiodifusão pública, abriu-se a temas emergentes, frutos de transformações sociais, econômicas e culturais relacionadas, dentre outros aspectos, às tecnologias de informação e comunicação, ao papel do Estado como ator de políticas públicas e às pressões de grupos sociais para consolidar e ampliar a participação popular. Dentre esses temas novos, destacam-se o acesso à Banda Larga; a governança da internet; as características, princípios e valores da comunicação pública; as representações midiáticas de grupos excluídos e invisibilizados; o fomento à produção e distribuição do audiovisual e a Lei de Acesso à Informação.

No fechamento deste artigo, uma pauta inadiável se apresenta ao LaPCom: em conjunto com vários setores da sociedade brasileira, evitar o desmanche de conquistas históricas, como a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, com seu caráter público, plural e diverso, ameaçada pelas mudanças políticas recentes no país. Embora o Laboratório perceba que nem todas as promessas dessa emissora pública foram cumpridas, reconhece sua importância estratégica para “virar o jogo” nas políticas de comunicação no país. O saber militante não faz pausa para almoço; nossos objetos não param, a pesquisa, o estudo e a luta continuam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARECIDA, Geralda Dias. UnB em dois tempos. In: RIBEIRO, Darcy. *A invenção da Universidade de Brasília 1961-1995*. Cartas: falas, reflexões, memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1995.

GOES, Laércio Torres de. Relatório McBride – 30 anos: concentração midiática, mídia alternativa e Internet. *Revista PJ:Br - Jornalismo Brasileiro*, São Paulo: ECA, USP, edição 13, out/2010.

UNESCO. *Many voices, one world*. Paris, Londres, Nova Iorque: Unesco, 1980.

